

LEI Nº 1.552, 25 DE NOVEMBRO DE 2021.

“Estima a receita e fixa a despesa do Município de Orindiúva para o exercício de 2022”.

MIRELI CRISTINA LEITE RUVIERI MARTINS, Prefeita Municipal de Orindiúva, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º. Esta Lei estima a receita do Município de Orindiúva para o exercício financeiro no montante de R\$ 46.866.000,00 (quarenta e seis milhões oitocentos e sessenta e seis mil reais) e fixa a despesa em igual valor, compreendendo, nos termos do art. 136 da Lei Orgânica Municipal:

I - Orçamento Fiscal em R\$ 27.084.000,00 (vinte e sete milhões, oitenta e quatro mil reais);

II - Orçamento Seguridade Social em R\$ 19.782.000,00 (dezenove milhões, setecentos e oitenta e dois mil reais).

Artigo 2º. A receita será arrecadada na forma da legislação vigente e das especificações constantes dos quadros integrantes desta Lei, observando o seguinte desdobramento:

Sumário Geral da Receita por Fontes (Lei 4.320, art. 2º = 1º, I).

Receitas	
(+)Receitas Correntes	R\$ 50.698.000,00
Receita Tributária	R\$ 7.071.800,00
Receita de Contribuições	R\$ 1.347.000,00
Receita Patrimonial	R\$ 135.000,00
Transferências Correntes	R\$ 41.244.200,00
Outras Receitas Correntes	R\$ 900.000,00
(+)Receitas de Capital	R\$ 90.000,00
Alienação de Bens	R\$ 90.000,00
(+)Receita de Contribuições – Intra - Orçamentarias	R\$ 2.143.000,00
Contribuições Intra – Orçamentarias	R\$ 2.143.000,00
(=)Subtotal	R\$ 52.931.000,00
(-) Dedução da Receita	R\$ 6.065.000,00
Dedução FUNDEB	R\$ 6.065.000,00
(=) Total de Receitas	R\$ 46.866.000,00

Artigo 3º. A despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros integrantes desta Lei, com os seguintes desdobramentos:

Sumário Geral da Despesa por Funções (Lei 4.320, Art. 2º, + 1º, I)

I – POR FUNÇÕES DE GOVERNO

01- Legislativa	R\$ 1.270.000,00
04- Administração	R\$ 5.132.000,00
06- Segurança Pública	R\$ 30.000,00
08- Assistência Social	R\$ 1.898.000,00
09- Previdência Social	R\$ 5.015.000,00
10- Saúde	R\$ 12.574.000,00
12- Educação	R\$ 12.287.200,00
13- Cultura	R\$ 1.120.300,00
15- Urbanismo	R\$ 4.000.000,00
20- Agricultura	R\$ 45.000,00
26- Transporte	R\$ 1.220.000,00
27- Desporto e Lazer	R\$ 1.446.000,00
28- Encargos Especiais	R\$ 500.000,00
99- Reserva de Contingência	R\$ 328.500,00
TOTAL	R\$ 46.866.000,00

II – POR ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

01. LEGISLATIVO	
01.01 - Câmara Municipal	R\$ 1.270.000,00
02. EXECUTIVO	
02.01 – Gabinete do Prefeito e Dependências	R\$ 1.593.000,00
02.02 – Fundo Social de Solidariedade	R\$ 745.000,00
02.03 – Setor de Finanças	R\$ 526.000,00
02.04 – Educação Cultura, Esporte e Lazer	R\$ 14.853.500,00
02.05 – Administração	R\$ 4.723.000,00
02.06 – Fundo Municipal de Assistência Social	R\$ 978.000,00
02.07 – Fundo Municipal de Saúde	R\$ 12.574.000,00
02.08 - Transporte	R\$ 1.220.000,00
02.09 – Fundo Municipal de Seguridade	R\$ 3.805.000,00
02.10 – Urbanismo Obras e Serviços Urbanos	R\$ 4.030.000,00
02.11 – Assistência da Criança e Adolescente	R\$ 175.000,00
02.20 – Agricultura	R\$ 45.000,00
77.00 – Reserva Orçamentária do RPPS	R\$ 295.000,00
90.00 – Reserva de Contingência	R\$ 33.500,00
TOTAL	R\$ 46.866.000,00

Artigo 4º. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - Abrir créditos suplementares até o limite de 15% (quinze por cento) da despesa fixada no artigo 1º, utilizando, como fonte de cobertura, o superávit financeiro, os recursos provenientes do excesso de arrecadação e o produto de operações de crédito (art. 43, § 1º, I, II e IV, da Lei n.º. 4.320, de 1964).

II – Abrir créditos suplementares até o limite de 15% (quinze por cento) da despesa fixada no artigo 1º, utilizando, como fonte de cobertura, a anulação parcial ou total de dotações orçamentárias (inciso III do sobredito parágrafo).

Artigo 5º. – Prevalecerão os valores correntes consignados nos Anexos a esta Lei, no caso de divergências, de quaisquer espécies, entre estes os valores dos programas e das ações constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2.022.

Artigo 6º- Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022.

Orindiúva, 25 de novembro de 2021.

Mireli Cristina Leite Ruvieri Martins
Prefeita Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra, afixada no Quadro de Editais em seguida e publicada no Diário Oficial do Município.

Daiane Boina de Oliveira
Chefe de Gabinete